

Vítimas das barragens, os futuros sem-terra

Glenn Switkes

Brasília sediará no próximo dia 5 de agosto um acirrado debate na Câmara dos Deputados sobre as grandes barragens e o problema dos atingidos. Na semana seguinte, São Paulo será palco de duas audiências públicas internacionais, em 12 e 13 de agosto, sobre os impactos desses grandes projetos e os rumos da política energética mundial.

No centro da discussão está a Comissão Mundial de Barragens, formada como resultado do entendimento geral de que os benefícios trazidos por grandes barragens têm sido vastamente superestimados e seus impactos negativos subestimados, quando não ignorados. A própria comissão admite que é hora de impor regras rígidas — e justas — nesse jogo.

Representantes internacionais de todos os atingidos estarão presentes às audiências. Eles são a voz dos futuros sem-terra, caso o atual modelo de geração de energia — calcado em obras faraônicas, extremamente onerosas para os cofres públicos e cujos benefícios são inegavelmente duvidosos (comparados ao impacto social e ambiental que causam) — não seja seriamente repensado.

Na Europa, não há mais espa-

ço para grandes barragens. Nos Estados Unidos, a resistência à idéia é cada vez maior. Resta, portanto, a América Latina, onde os governos cedem e a população permanece adormecida, alheia a uma discussão fundamental para seu futuro. No Brasil, obras de barragens faraônicas e sua vasta rede de transmissão de energia elétrica estão à venda. Empresas privadas ao redor do mundo estão interessadas em investir nas companhias de energia elétrica governamentais, mas apenas se os governos locais ajudarem no financiamento. Cerca de 38% do custo da privatização no Brasil tem sido financiado por empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

De acordo com os especialistas, os líderes em potencial de energia elétrica da América Latina são Brasil, Venezuela e Argentina. Mesmo com o crescimento econômico negativo desses países, planejadores do setor continuam a apresentar o fantasma de uma crise de energia sem precedentes e o risco de blecautes como justificativa ao retorno da indústria das grandes barragens. O alvo: sistemas fluviais ainda intocados, a milhares de quilômetros de dis-

tância de centros habitados, longe dos olhos da população urbana. Esses são os locais a serem sacrificados com a instalação de barragens, bem como toda gente que construiu sua vida ao redor.

A América Latina continua a ser o Eldorado, o solo fértil para os construtores de barragens do Hemisfério Norte, que não pode mais vender tecnologia hidrelétrica em suas próprias nações, onde a maior parte dos rios já foi danificada e a crescente consciência ambiental consegue impedir a imposição das grandes barragens como única alternativa possível para o setor hidrelétrico. Certo é que o furioso debate internacional sobre custos e benefícios dessa indústria não alcançou ainda as autoridades na América Latina. Omissão, convência, silêncio. Do outro lado da mesa estão pescadores, grupos indígenas e também moradores de centros urbanos, que se mobilizam há anos para evitar ou minimizar os resultados catastróficos dessas iniciativas.

Apesar do causticante sol tropical e dos ventos generosos que varrem os litorais dos países em desenvolvimento, especialistas atrevem-se a dizer que

as novas fontes de energia estão a anos-luz de distância de se tornarem alternativas viáveis. Falácia. A relação custo/benefício é infinitamente mais recomendável. Especialmente agora, que as nações latino-americanas estão tentando gerenciar o consumo de energia, questionando seu destino. Vale ainda lembrar que são indústrias gluttonas (e não a população) que consomem a maior parte da eletricidade disponível.

Na era da privatização, o financiamento de grandes barragens sem subsídio público — e sem qualquer debate que envolva a participação dos atingidos — está se tornando, felizmente, cada vez mais difícil. Se esse investimento for repensado e redirecionado para as fontes alternativas de energia — e existem muitas, infinitamente menos agressivas às populações ribeirinhas e ao meio ambiente —, os governos sul-americanos estarão dando contribuição efetiva para a criação de um novo modelo energético, mais digno, justo e humano.

■ Glenn Switkes é diretor do programa na América Latina da International Rivers Network (Rede Internacional de Rios), ONG com sede em Berkeley, EUA

30/08/09
12
documentação